

TAGUSPARK, S.A.

Relatório de Gestão e Contas

2016





ÍNDICE

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS	3
ÓRGÃOS SOCIAIS	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ADMINISTRADOR DELEGADO	5
I - ACTIVIDADE COMERCIAL	7
II - EMPREENDEDORISMO E INCUBAÇÃO	10
III - ÁREA DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO	11
IV - ÁREA DE OPERAÇÕES	16
V – OUTRAS ACTIVIDADES DE SUPORTE	18
VI - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	20
VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
VIII – NOTAS FINAIS	23
ANEXO – CONTAS AUDITADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24

mm 1
jul
2



PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Resultados	2016	2015	Diferença (2016/2015)	2014	2013
Proveitos Operacionais	7.167.467 €	7.030.596 €	2%	7.611.722 €	6.405.217 €
Custos Operacionais	4.291.427 €	4.287.563 €	0%	4.457.939 €	5.157.589 €
EBITDA	2.876.039 €	2.743.033 €	5%	3.153.783 €	1.247.628 €
Resultado Operacional (antes gastos financiamento e impostos)	746.989 €	575.517 €	30%	990.647 €	-888.182 €
Resultado Antes de Impostos	682.180 €	508.530 €	34%	688.824 €	-882.189 €
Imposto sobre o Rendimento	5.714 €	-405.700 €		253.264 €	335.327 €
Resultado Líquido	687.894 €	102.830 €	569%	942.088 €	-546.862 €

Situação Financeira	2016	2015	Diferença (2016/2015)	2014	2013
Activo	66.735.529 €	67.278.223 €	-1%	72.261.150 €	76.109.615 €
Passivo	9.961.841 €	10.943.853 €	-9%	15.738.967 €	20.191.805 €
Capital Próprio	56.773.689 €	56.334.370 €	1%	56.522.183 €	55.917.810 €

mm 1
Ver
FS
2



ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Dr. Paulo Vistas
Vice-Presidente Dra. Rita Almeida

Conselho de Administração

Presidente Prof. João Luís Correia Duque

Administrador Delegado

Vogal Prof. António Carmona Rodrigues

Administradores não Executivos

Vogal Eng.º Alexandre Teixeira da Fonseca
Vogal Prof. Eduardo Baptista Correia
Vogal Prof. Fernando Mira da Silva
Vogal Dr. Nuno Manalvo dos Santos

Conselho Fiscal

Presidente Eng.º Artur Luna Pais
Vogal Dr. Renato Pereira
SROC Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
SROC Suplente Dr. Amável Alberto Freixo Calhau – Revisor Oficial de Contas

Comissão de Remunerações

Eng.º Joaquim da Costa Guedelha
Dra. Maria Emília Xavier
Prof.ª Maria Isabel Ribeiro

Conselho Científico e Tecnológico

Presidente Prof. Luís Manuel dos Anjos Ferreira
Dra. Ana Maria Garcia Rodrigues
Prof. António Carmona Rodrigues
Dr. António Cabrita Carneiro
Prof. Cláudio Soares
Prof. Joaquim Sampaio Cabral
Prof. José Manuel Salvador Tribolet
Prof. José Pereira Leal
Prof.ª Teresa Vazão Vasques

Man 1
Dr
FS
4



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ADMINISTRADOR DELEGADO

Senhores Acionistas,

O exercício de 2016 voltou a ser marcado de modo significativo pela exposição da atividade da Taguspark, S.A. à conjuntura do mercado imobiliário, em especial à do mercado de arrendamento de escritórios.

Começou a sentir-se uma relativa animação no mercado de arrendamento de escritórios na região de Lisboa, após um período com um volume de transações modesto que se seguiu à crise económico-financeira iniciada em finais da década passada.

Registou-se alguma recuperação na procura de espaços, tanto por empresas externas como por empresas já localizadas no parque, pese embora notar-se que as empresas continuaram a realizar processos de reestruturação e otimização dos seus custos operacionais com a consequente incidência na redução de espaços e/ou procura de espaços alternativos de menor custo. O ano de 2016 fechou com uma taxa de ocupação superior a 70%, valor que já não se atingia há muitos anos.

Durante o exercício de 2016, o Conselho de Administração da Taguspark, S.A. continuou a pautar a sua atuação pelo rigor na aplicação dos recursos da Empresa, pela tentativa de fidelização dos seus clientes e pela proteção dos Investimentos previstos de Requalificação Urbana.

Prosseguiu em 2016 a promoção e o crescimento das atividades de incubação e apoio ao empreendedorismo nas áreas das TIC e da Biotecnologia, consolidando uma atividade essencial ao desenvolvimento dum Parque de Ciência e Tecnologia, instrumental para o reforço da interação entre as Empresas, as Universidades e Centros de Investigação e um contributo importante para a regeneração do nosso tecido empresarial. Este esforço veio a produzir resultados positivos face a uma clara expansão da Incubadora que ao longo do ano conheceu uma significativa procura, estando no final do ano a sua capacidade praticamente esgotada. Mais importante ainda, deve salientar-se o prestígio internacional alcançado por algumas das empresas incubadas no Taguspark. A instalação da Healthcare City, primeira incubadora dedicada exclusivamente à investigação na área da saúde e dos cuidados de saúde em Portugal, representou um salto significativo no número de empresas incubadas no parque, e terá em 2017 um previsível crescimento, associado à colaboração com outras empresas já presentes.

A Taguspark S.A. encerrou as contas referentes ao exercício de 2016 com um resultado líquido favorável de 687.894€, superior ao do ano anterior em 585.064€. O volume de negócios foi de 6.552.579€, tendo crescido 0,43% relativamente ao ano anterior.

Registou-se uma evolução favorável dos resultados operacionais, pese embora se ter verificado um aumento dos custos operacionais, dando-se continuidade à aplicação de políticas seletivas de contenção e rigor de contratação.

As reduções salariais ocorridas durante o ano de 2014, decorrentes do facto de a Taguspark ter passado a ser considerada, para estes efeitos, Empresa Pública, continuaram a ter impacto neste exercício.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]
munic
Jul
5



A passagem da Sociedade para o universo das empresas públicas cria um enquadramento muito desfavorável à operação corrente, dadas as características da atividade comercial da Sociedade.

Tudo continuaremos a fazer para manter o Taguspark como o maior Parque de Ciência e Tecnologia do País, tornando-o ainda cada vez mais um polo de atração de Instituições de Ensino e Investigação e de Empresas de base tecnológica globalmente competitivas. Para tal contamos com a Vossa ajuda empenhada e agradecemos o apoio que nos têm dado.

Prof. João Duque
Presidente do Conselho de Administração

Prof. António Carmona Rodrigues
Administrador Delegado

mini 1

6



I - ACTIVIDADE COMERCIAL

BREVE SÍNTESE DO MERCADO

No ano de 2016 o mercado de arrendamento de escritórios da Grande Lisboa registou uma estabilização face ao ano de 2015 – a área contratada em 2016 foi de aproximadamente 147.000m² e em 2015 foi de 145.000m².

As zonas mais dinâmicas foram a Zona 3 (Novas zonas de escritórios – Eixo Praça de Espanha, 2ª Circular) e a Zona 2 (*Central Business District* - Eixo da Av. da República, Av. Duque de Loulé e zona das Amoreiras). À semelhança de anos anteriores, a estratégia imobiliária das empresas continua a privilegiar a localização no interior da cidade (centralidade, serviços na envolvente e transportes públicos).

O Corredor Oeste (zona 6), onde se insere o Taguspark, foi a terceira zona mais procurada. No entanto, a taxa de disponibilidade ainda é a mais elevada da Grande Lisboa, com 17,4% de *stock* disponível.

Os valores de mercado das rendas registaram uma evolução positiva comparativamente ao final do ano transato. Na zona 6 esta evolução não foi tão acentuada, dada a ainda considerável taxa de disponibilidade - a renda prime situa-se nos 12,5€/m² e a renda média nos 9,5€/m².

Tendo em conta a escassez de oferta nas zonas mais centrais da cidade de Lisboa, o Corredor Oeste poderá beneficiar no futuro de um incremento na procura e por conseguinte na área ocupada.

ARRENDAMENTO COMERCIAL E PROMOÇÃO DO PARQUE

A procura continuou muito ativa para espaços de pequena/média dimensão (até 700m²), por parte de empresas que deram preferência a uma deslocalização para o Parque em consonância com estratégia de crescimento na escala de valor, tirando partido da proximidade dos *clusters* já existentes, mas também por parte de novas empresas criadas.

Invertendo a tendência dos anos anteriores, a procura por espaços de grande dimensão (acima de 700m²) registou no ano de 2016 um aumento, e ocorreu fundamentalmente por empresas em fim de contrato de arrendamento. Apesar de a maioria ter dado preferência à cidade de Lisboa (critério centralidade) ou a edifícios com construção mais moderna ou reabilitados (critério qualidade), conseguimos já neste ano fixar no Parque alguma desta procura.

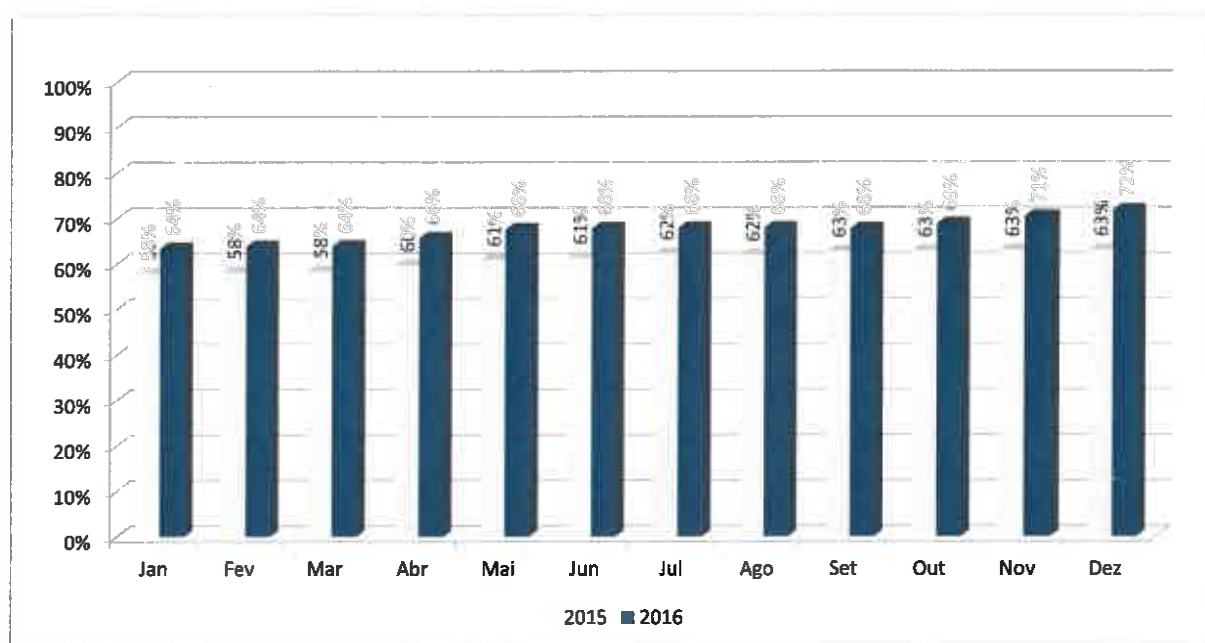
Durante o ano de 2016 entraram **18 novas empresas** no Taguspark (acréscimo de 3.544m² de ocupação), garantindo-se uma base de cerca de 120 clientes.

A fidelização de clientes continuou a ser um dos vetores fundamentais do esforço comercial desenvolvido no ano de 2016, dando resposta precisa, rápida e eficaz a situações de renovação contratual e/ou mudança de espaços.

Face a uma concorrência cada vez mais agressiva, acompanhámos com sucesso as necessidades de aumento de área por parte de atuais clientes, dos quais se destacam: Livingbrands (aumento de 555m²), Miniclip (aumento de 520m²), Clínica Stª Madalena (aumento de 268m²), Truphone (aumento de 251m²) e Innovation Capital (aumento de 155m²).

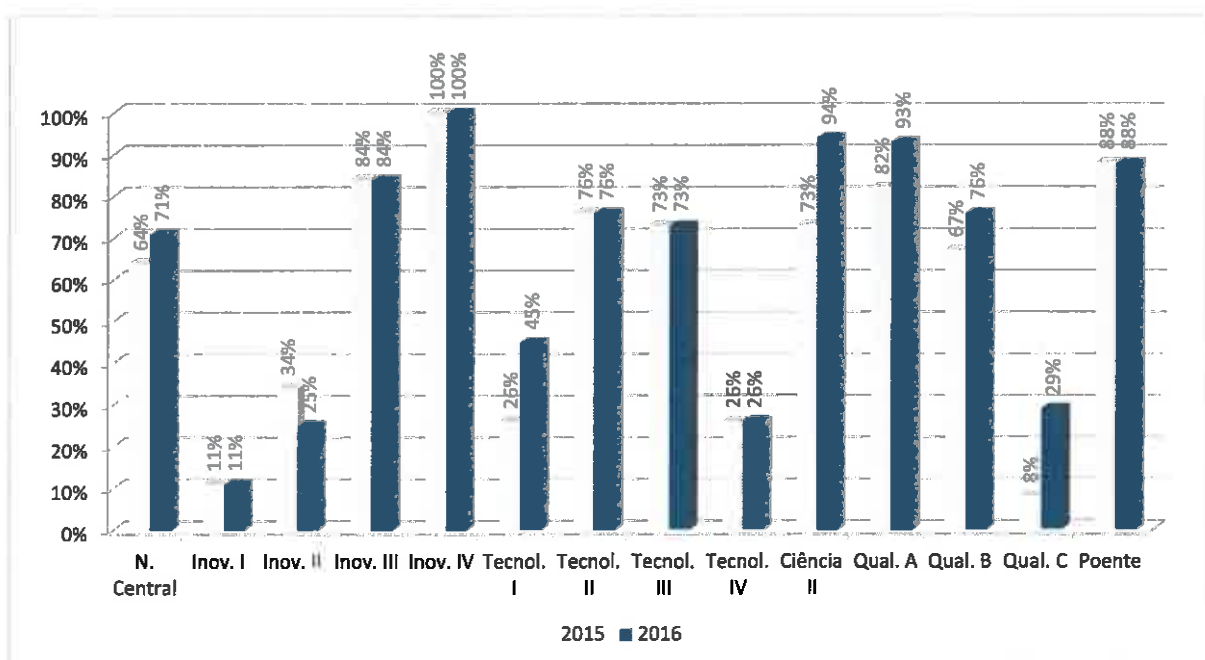


A taxa de ocupação média do Parque foi em 2016 de 67% - em 2015 foi de 61%.



A considerável área ocupada com novas entradas em 2016 e o aumento de área ocupada por parte de atuais clientes contribuíram para a evolução positiva da taxa de ocupação, sendo que no final do ano este indicador ficou nove pontos percentuais acima do valor registado em igual momento do ano anterior.

Por edifício, e em termos médios, registaram-se as seguintes taxas de ocupação:



Com o objetivo de incrementar a captação de empresas, fundamentalmente a ocupação de áreas de grande dimensão (grandes empresas), e de reforço da imagem da marca mantêm-se os contactos constantes com as maiores mediadoras imobiliárias que operam no mercado nacional.

Handwritten signatures and initials:
 multi
 FS
 Jca
 8



A contínua aposta numa estratégia de marketing relacional com os atuais clientes (acompanhamento próximo e constante) tem contribuído não só para a fidelização destes, mas também para a captação de novos clientes, através das boas referências sobre o Parque dadas pelas empresas instaladas aos seus parceiros.

Para o enriquecimento dos instrumentos de fidelização de clientes e de atratividade/dinamismo do Parque destacam-se as seguintes ações realizadas/mantidas:

- Atribuição gratuita de 8 horas de utilização anual de salas de reunião no Centro de Congressos para os clientes instalados no Núcleo Central – elevado grau de aceitação/aderência por parte dos clientes;
- Promoção e apoio de sessões informativas/esclarecimento efetuadas pela empresa Alavan (instalada no Parque), dirigidas a todas as empresas do Parque e exterior sobre temáticas de interesse nas áreas da estratégia, gestão financeira e fiscal das empresas – com a Alavan existe um protocolo de parceria, que consiste no acesso com condições especiais/preferenciais para as empresas do Parque e sua Incubadora aos serviços prestados por esta empresa (serviços de contabilidade, consultoria de gestão e financeira);
- Parceria estabelecida com a Sonae MC com a implementação de ponto de recolha no Taguspark para compras efetuadas no *website* “Continente on-line” – dias úteis das 17h às 20h;
- Contactos permanentes com as empresas instaladas, para promoção e incentivo de uma maior circulação de informação *business to business* interna, e convite para partilha de factos, notícias e sucessos de relevo nas plataformas de comunicação do Taguspark.

mini
FS
Hel
9



II - EMPREENDEDORISMO E INCUBAÇÃO

A Incubadora Taguspark durante o ano de 2016 continuou o seu trabalho de dar apoio a novas empresas tecnológicas nas áreas Tecnologias de Informação, Eficiência Energética e Ciências da Vida, continuando a sua prática de referência ao nível nacional e internacional por forma a atrair os novos projetos de base tecnológica mais promissores do ecossistema português para a Incubadora. No final de 2016 estavam instalados 24 projetos nas várias fases de incubação.

Tal como no ano de 2015 em 2016 não foi feita nenhuma *call* ao Empreendedorismo por se considerar que estando a Incubadora Taguspark perto da sua capacidade máxima e continuando a receber candidaturas espontâneas não havia necessidade de ter uma ação de reforço para obter novos projetos.

Durante o ano de 2016 foi realizado trabalho que visou o crescimento sustentado dos projetos da comunidade e o auxílio à contratação de novos recursos humanos pelas *start-ups*, o que se provou mais uma vez vital para o seu sucesso. A consultoria de negócio tomou, por isso, um papel mais forte na relação com as empresas.

INTEGRAÇÃO EM REDE

Com o objetivo de divulgar as atividades da Incubadora e aumentar a notoriedade do Taguspark como localização ideal para a criação de novos negócios de base tecnológica, a Incubadora Taguspark continua a ter várias páginas nas redes sociais que manteve com o auxílio de uma das *start-ups* da comunidade.

Infelizmente a Taguspark não pode participar na *Websummit* em 2016 pelo que o esforço que havia sido cometido para o fim do ano foi feito mais pelas *start-ups* do que pela própria Incubadora Taguspark. Neste sentido é bom lembrar a boa prestação da Inocrowd no evento mencionado.

Também por razões de diminuição da atividade de empreendedorismo em Portugal, apesar da *Websummit*, os valores de investimento nas *start-ups* da nossa comunidade foi bastante inferior ao de anos passados mesmo retirando da equação o “efeito” Talkdesk.

10



III - ÁREA DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

A estratégia para a promoção da Cidade do Conhecimento, Inovação e Criatividade, que para apresentação internacional designámos *Knowledge City@Oeiras*, visa promover uma oferta integrada de vida, proporcionando espaços de trabalho adaptados às necessidades atuais das empresas e instituições I&D, alojamento de qualidade para as estadias de média e longa duração de estudantes, investigadores ou colaboradores das empresas, e um estilo de vida saudável.

Promovendo a concertação de objetivos dos *stakeholders* com intervenção na gestão do território para o estudo e implementação de soluções de desenvolvimento urbano, nomeadamente para assegurar a mobilidade e a redução do tempo das deslocações casa-trabalho, possibilitar a opção pela deslocação a pé ou de bicicleta, interligar e tornar mais acessível a rede de equipamentos existente no Taguspark e na envolvente próxima (golfe, equitação, ténis, *health club*, colégio), e introduzir novas tecnologias para uma gestão eficiente das infraestruturas, serviços urbanos e edifícios, visa criar um ambiente urbano, inteligente e sustentável (*smart and sustainable*).

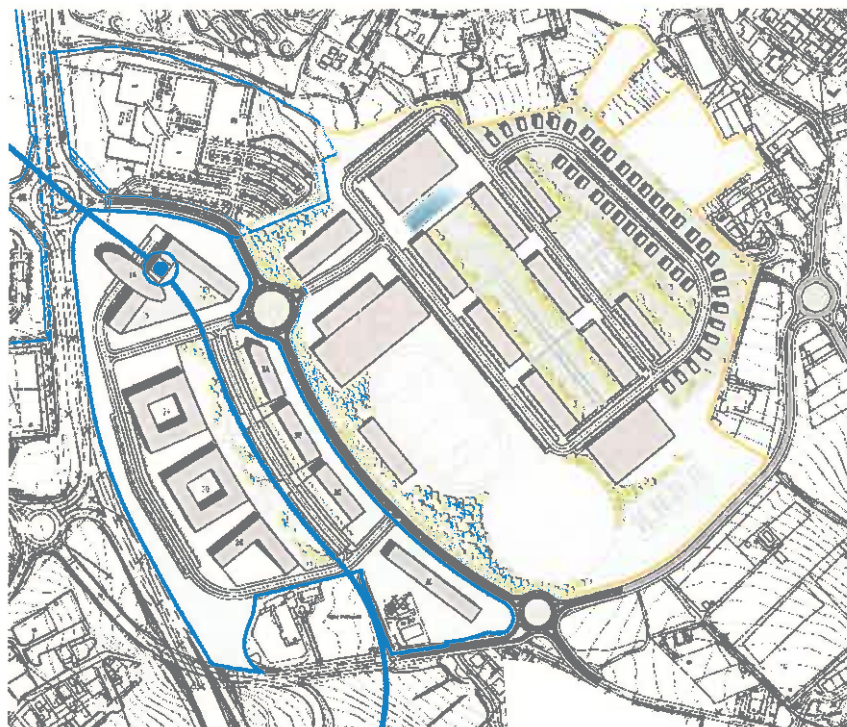
A implementação em 2016 da estratégia de desenvolvimento urbano “Cidade do Conhecimento, Inovação e Criatividade” centrou-se na procura de soluções para enquadramento de projetos apresentados por potenciais parceiros e na elaboração de estudos preliminares, para apresentação a entidades especializadas interessadas na promoção e exploração de unidades de alojamento com características de um Hotel de apartamentos e tipologias e preços adequados para estadias de média e longa duração de estudantes, investigadores e colaboradores das empresas.

Os principais estudos, projetos e diligências realizados ao longo do ano foram os seguintes:

➤ Estudo Urbanístico para o cenário de instalação da AGA Khan Academy

A manifestação de interesse da Aga Khan Development Network (AKDN) na aquisição de terrenos afetos à 2ª Fase do Taguspark implicou a suspensão do estudo de cenários de desenvolvimento urbanístico globais, de acordo com o conceito *Knowledge City@Oeiras*, iniciados no quadro da parceria com o empresário de Chicago e ex. consultor do Presidente da Índia, Sam Pitroda, para a captação de clientes e investidores internacionais, nomeadamente dos EUA e países asiáticos interessados em instalar empresas no Sul da Europa.

Numa fase inicial a AKDN propôs-se implementar em cinco anos, em cerca de 24 Ha, um programa do tipo campus académico, com uma área bruta de construção para as instalações da Academia e alojamento de professores e alunos estrangeiros de cerca de 40.000m² (cerca de 45% da área bruta de construção total realizável na 2ª Fase do Taguspark, indicando existir potencial para atrair a médio prazo valências complementares, no domínio do ensino universitário, investigação e inovação tecnológica.



Para o programa inicialmente apresentado, desenvolveram-se estudos urbanísticos preliminares com redefinição do traçado da via estruturante prevista no Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia, que estabelece a ligação do Cabanas Golfe à rotunda Sul do Taguspark, que demonstravam ser possível a instalação da Aga Khan Academy e de unidades residenciais para professores e alunos estrangeiros, mantendo no entanto na zona do terreno mais próxima da EN 249-3, um polo de dimensão significativa para instalação de empresas e instituições ID a promover e gerir pela Taguspark.

A AKDN viria, no entanto, a definir que a sua manifestação de interesse tinha como condição abranger os 31 Ha da 2ª Fase do Taguspark e a totalidade do correspondente potencial de edificabilidade, sem que, no entanto, fosse especificado o enquadramento específico no uso dominante de Ciência e Tecnologia da área de construção associada aos cerca de 31 Ha da 2.ª Fase do Taguspark.

Neste contexto foram realizadas diversas avaliações para determinação do valor para a Taguspark e do impacto resultante da implementação dos cenários alternativos, que constituíram o suporte às negociações realizadas.

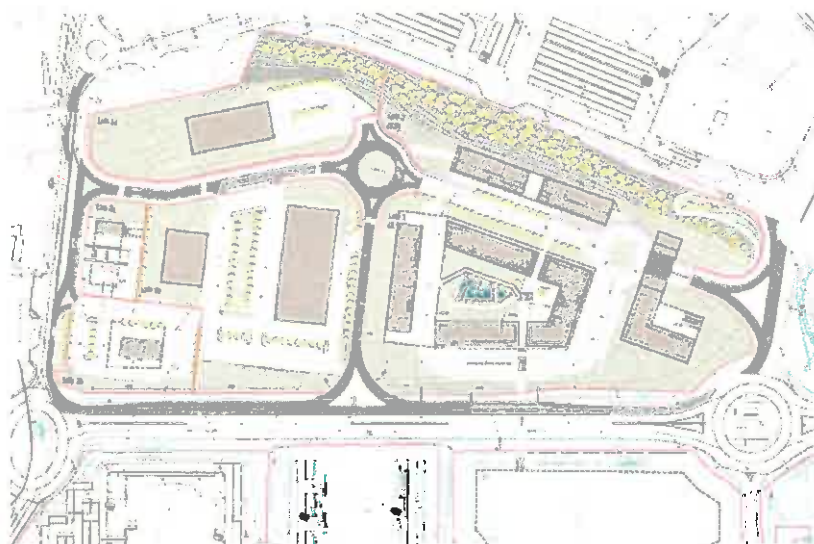
➤ **Polo Multifuncional Norte**

Concluiu-se o Estudo Urbanístico e os estudos complementares de infraestruturas e de geração e impacto de tráfego, para a criação de um polo multifuncional na zona dos Lotes 1, 2 e 3 junto à área residencial de S. Marcos, constituindo um polo de usos complementares, com enquadramento no Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia (PIAPCT), que vem reforçar a diversidade de oferta em restauração, comércio e serviços, tendo sido apresentado na CMO o pedido correspondente para alteração pontual à licença de loteamento de 1996 (Alvará 2/96).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



A área bruta de construção total prevista para o Polo Multifuncional Norte é de 29.904m², sendo 7.853m² destinados a usos complementares de comércio e serviços, permanecendo 22.051m² destinados a empresas e instituições de investigação e ensino.



O financiamento do investimento nas infra-estruturas a construir ficará assegurado através de parte da receita esperada com a venda do Lote destinado à superfície comercial alimentar, ficando executada a infra-estrutura principal necessária para o desenvolvimento futuro da área remanescente, que corresponde a cerca de 86% da edificabilidade atribuída a esta zona, que permanecerá na posse da Taguspark.

No contexto da análise da solução de acesso rodoviário os serviços municipais propuseram a apresentação de uma solução com entrada e saída em mão a partir da N 249-3, assumindo a defesa desta solução junto da IP, Infraestruturas de Portugal. O estudo de reformulação do traçado viário e do correspondente desempenho de tráfego foi realizado e está em análise nos serviços da IP.

➤ **Alargamento para duas vias das entradas nas rotundas Norte e Sul da EN 249-3 e criação de recortes para paragens de autocarros**

Na sequência do parecer favorável dos serviços municipais na fase de Projeto Base, tendo em consideração as recomendações da IP, Infraestruturas de Portugal, foi concluída a fase de Projeto de Execução do alargamento para duas vias das entradas nas rotundas Norte e Sul do Taguspark e criação de recortes para as paragens de autocarros na Av. Prof. Dr. Cavaco Silva.

Foi apresentado á Câmara Municipal o pedido de autorização para a execução das obras que se inserem em área do domínio público, que obteve parecer favorável na generalidade, aguardando-se os pareceres específicos relativos às infraestruturas de serviço público afetadas pela execução da obra.

➤ **Implantação de um Clube de Padel no Lote V1**

Na sequência da manifestação de interesse de um Clube de Padel realizou-se o estudo de implantação deste equipamento na zona do Lote V1 localizada a tardo dos edifícios Ciência I e Ciência II, na perspetiva de reforço da oferta de atividades de lazer e desporto próximo da zona central do Taguspark.

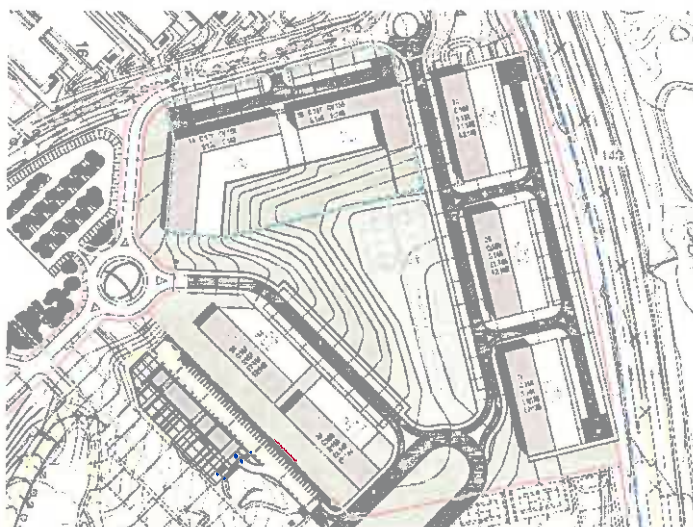
[Handwritten signatures and initials in blue ink]
13



Pretendia-se inicialmente que os campos fossem cobertos, pelo que se estudaram soluções alternativas para a cobertura, tendo-se concluído não ser possível compatibilizar uma opção esteticamente adequada à inserção urbana do volume edificado resultante, com o limite do montante de investimento a realizar pelo Clube. Uma primeira fase do projeto prosseguiu com uma solução de 4 campos descobertos.

➤ **Projeto Unidade Central de Alojamento (Tagus Residence)**

Foram elaborados estudos preliminares para a implantação de uma unidade de alojamento na área central do Taguspark, do tipo Hotel de Apartamentos com tipologias T1 e T2 que serviram de suporte à realização de contactos preliminares com entidades especializadas, potencialmente interessadas na promoção ou exploração duma unidade deste tipo, especificamente desenhadas para responderem às necessidades de estudantes dos graus académicos mais avançados, investigadores, professores e colaboradores das empresas instaladas no Taguspark, envolvidos em projetos que envolvem estadias de longa duração.



➤ **Projeto Praça Central / Edifício Nascente**

Para apresentação do projeto no âmbito da procura de parceiros para arrendamento de longa duração ou concessão de exploração, foram desenvolvidos estudos preliminares para a apresentação de alternativas para a utilização do Edifício Nascente, que completará o projeto Praça Central.

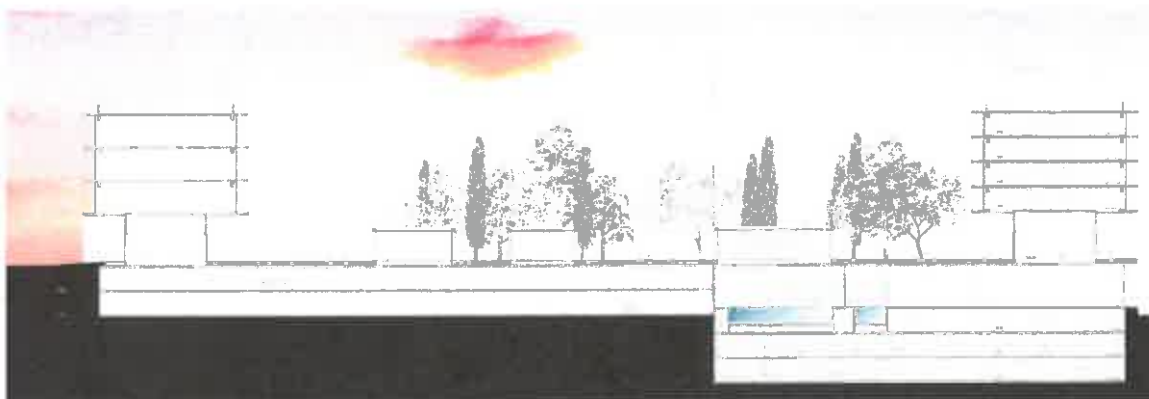
Os cenários estudados incluem um espaço de *fitness* e *spa* e outras valências associadas à vida saudável num piso situado abaixo da cota da Praça, e utilizações alternativas para os pisos acima da Praça:

- a) O conceito de escritórios *open space* para instalação de uma empresa ou empresas até 3.800m² de área bruta de construção;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'A' and the word 'FUT'.



- b) O conceito do tipo “*Student Hotel*”, que compatibiliza a oferta de condições especiais para estadias de estudantes de cinco ou seis meses, com serviços mais reduzidos e quartos com preços distintos para estadias de curta e média duração de visitantes ou colaboradores das empresas com serviços standard de Hotel, com uma capacidade de cerca de 120 quartos.



- c) O conceito inovador Live/Work Studios , espaços adaptáveis por soluções de robótica às funções habitar e trabalhar com uma capacidade de cerca 104 espaços Live/work.

➤ **Projetos de Requalificação em Espaços Exteriores**

Foram elaborados os projetos para a renovação dos tetos, iluminação nas zonas exteriores cobertas, e corrimão na escadaria de acesso, no Edifício Núcleo Central, e para o reforço da iluminação na zona Nascente da Praça Central.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "FS" and "Per".



IV - ÁREA DE OPERAÇÕES

A orientação que presidiu às atividades desenvolvidas pela Direção de Operações em 2016 foi no sentido de manter as condições de utilização dos espaços e das infra-estruturas. Deu-se especial atenção à renovação e adequação dos espaços às necessidades dos atuais e novos clientes.

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS

Para além das intervenções de requalificação acima referidas, concluíram-se os trabalhos de correção de rebocos e respetivas pinturas nas fachadas do bloco C dos edifícios Qualidade.

Conclui-se também a reparação das clarabóias do átrio central bem como de pintura das paredes exteriores na zona da Expansão do Núcleo Central.

INSTALAÇÕES ESPECIAIS E OPERAÇÕES

As atividades desenvolvidas no ano de 2016 centraram-se na gestão da manutenção das instalações dos diversos edifícios, continuando a dar especial importância ao controlo de custos através de alteração de processos e ajustamento do binómio manutenção preventiva/corretiva à experiência adquirida na condução dos diversos sistemas.

Foi dada atenção especial à melhoria dos processos e práticas de contratação, tendo-se mantido algumas poupanças, em particular na contratação de serviços continuados.

MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES TÉCNICAS

Em linhas gerais e de acordo com o previsto, as atividades de manutenção foram sendo reajustadas ao longo do ano através da monitorização criteriosa das intervenções preventivas versus corretivas, tendo-se obtido uma otimização de processos e de custos associados.

A opção de contenção das substituições de equipamentos em fim de vida útil, efetuando trabalhos corretivos de beneficiação sobre os mesmos, tem sido continuada. Na sequência dos trabalhos efetuados em 2015, procedeu-se em 2016 à segunda fase de *upgrade* do sistema de gestão técnica da globalidade dos edifícios. Recorda-se que este *upgrade*, devido aos custos envolvidos, foi programado para ser efetuado em três fases distintas.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A atuação na área energética insere-se na gestão integrada de todos os processos, desde a compra de energia, a produção através da cogeração da energia consumida, o estudo dos perfis de consumos e a gestão técnica dos edifícios.

No ano de 2016 foi efetuado um estudo técnico-financeiro da climatização e iluminação nos edifícios Qualidade, que servirá de projeto piloto para os restantes edifícios.

O objetivo do referido estudo energético foi o de caracterizar os consumos de energia, identificar e quantificar medidas de eficiência energética que sejam técnica e economicamente viáveis, visando a elaboração de um Plano de Racionalização Energética (PRE), sendo essas medidas caracterizadas com toda a informação necessária e relevante para posterior análise do seu financiamento e eventual execução nos moldes instituídos no âmbito das ações EVO - IPMVP / ESCO (ESE).

W. W. T. (S) 16




No ano de 2016 prosseguiram os estudos de caracterização dos consumos de energia elétrica, o que tem permitido um maior conhecimento dos perfis de consumo de cada “consumidor” e, face a esses perfis, propor/implementar medidas de racionalização e poupança de energia.

OUTROS PROJECTOS

Iniciou-se um projeto de racionalização da utilização do estacionamento coberto do edifício do Núcleo Central de forma a melhorar as condições de funcionamento e garantir o uso dentro das normais condições de urbanidade que são exigidas. Este sistema é baseado no reconhecimento de matrícula das viaturas que, espera-se, venha a contribuir para a normalização da utilização do parque. O projeto estará concluído no início de 2017.

No âmbito da sinalética exterior do Parque foram introduzidas algumas alterações ao nível dos postes pedonais existentes de forma a destacar a informação mais relevante, facilitando a orientação de quem visita o Taguspark pelas primeiras vezes.

mar 15
del



17



V – OUTRAS ACTIVIDADES DE SUPORTE

PROJECCÃO DA IMAGEM PARA O EXTERIOR

Em 2016 o trabalho do Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) concentrou-se em três áreas de atuação: ações de promoção do Parque interna e externamente, projeção da imagem para o exterior e iniciativas no âmbito da responsabilidade social.

O envolvimento das empresas do Parque foi sempre uma premissa de todas as iniciativas que o GCI organizou, ou aquelas em que participou e divulgou.

Algumas destas ações centraram-se na organização e participação ativa em eventos ligados à inovação e empreendedorismo, realizadas em conjunto com a DDT, tais como, a organização de uma sessão de *networking* – o *Switch*; a participação na Bolsa de Empreendedorismo organizada pela Representação da Comissão Europeia em Portugal; e a organização de uma sessão de apresentação da BGI – *Building Global Innovators*.

O GCI desenvolveu ainda ao longo deste ano, mais uma vez, um conjunto de iniciativas diversificadas que, para além de veiculadas através dos meios de comunicação tradicional e digital (procurando reforçar a sua identidade Corporativa), visaram animar os espaços sociais e, por essa via, estimular a presença e convívio dos utentes do Parque em ações culturais e de lazer. Assim, foram realizados encontros com personalidades de destaque na nossa sociedade, retomando-se assim as *Breakfast Sessions* com Nuno Machado Lopes, sobre o tema “Tudo mudou novamente ou porque fracassam tantas *startups*?” e Ana Maria Eiró que nos falou sobre “Laboratórios Chímicos em Portugal – Um património histórico único”. Com o mesmo objetivo foram realizadas, igualmente, duas exposições: “Medir o Tempo, Medir o Mundo, Medir o Mar” e “Reflexões” na Zona de Exposições do Centro de Congressos do Taguspark.

Refira-se ainda, com grande destaque, a realização da primeira edição do Festival Cógito, uma parceria com a Câmara Municipal de Oeiras, no passado dia 26 de Novembro e que teve lugar no Grande Auditório do Centro de Congressos Taguspark, procurando-se assim dar cumprimento não só à Missão, já referida, da Taguspark de promover a interação entre empresas, Instituições de I&D e Universidades aqui sedeadas mas também de constituir-se um polo dinamizador da economia do conhecimento, inovação e criatividade. Refira-se que este Festival foi um enorme sucesso, tendo ficado claramente demonstrado o enorme potencial do conceito.

A oferta de serviços e comodidades para as empresas do Parque foram outra área de atuação, nomeadamente através da celebração de parcerias com diferentes entidades, tais como: a Tanto Mar através da divulgação às empresas com oferta de taxa de entrega e a divulgação da iniciativa Férias de Verão e Natal, em associação com o ISQ e Campintegra.

A dinamização das redes sociais e a divulgação de iniciativas internas e externas foi outra área de atuação do GCI tentando reforçar a imagem e aumentar a visibilidade e notoriedade do Parque.

Para promoção do Parque foi ainda mantida a publicação sazonal da newsletter Taguspark em notícia (papel e digital) e reformulados os dípticos do *Wellcome package*.

Wmif fs
Jell
[Signature]



O acolhimento de visitas de delegações de instituições nacionais e estrangeiras que mostraram interesse em conhecer o Parque de Ciência e Tecnologia, bem como visitas de escolas do Ensino Secundário e Superior, foi igualmente assegurado por este Gabinete.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Na área da responsabilidade social, o GCI reforçou a presença do Taguspark no Programa Oeiras Solidária (POS), através de uma participação ativa na organização e disponibilização de espaço para a Conferência Anual POS, que teve lugar no Grande Auditório do Centro de Congressos do Taguspark.

Foi promovida a divulgação de causas de interesse social, a saber: a celebração do protocolo com a ReFood, que inclui cedência de espaço, e a colaboração na criação - e participação ativa - de um grupo de trabalho, também no âmbito do POS, com o objetivo de ativar *networking* entre empresas e IPSS, o GRUPO POS/ANEI, que incluiu a construção do portal POS.

O reforço da participação nesta área passou igualmente pela participação no Marketplace Oeiras, iniciativa de trocas de serviços, que através de um mercado social tem por objetivo reunir no mesmo evento empresas, autoridades locais, escolas e Instituições sem fins lucrativos, onde a 'oferta' possa ser combinada com a 'procura'.

Foi igualmente dada continuidade a atividades de interesse social e a divulgação de projetos para angariação de fundos, pontos considerados centrais na participação da Taguspark neste campo. Foi o caso da realização da recolha de tampinhas para o BIPP e a Campanha Pirilampo Mágico promovida a nível nacional pela CERCIS, a quem foi disponibilizado espaço no Átrio do Núcleo Central para desenvolvimento das suas ações, a título de exemplo.

INFRAESTRUTURA INFORMÁTICA

Para além das atividades correntes de suporte prestadas a toda a empresa e a manutenção do suporte a toda a infra-estrutura existente na Incubadora, bem como o apoio aos empreendedores nessa área, foram realizadas as seguintes atividades durante o ano de 2016:

➤ Reforço da Cobertura Wifi

No 2º semestre de 2016 procedeu-se ao reforço da cobertura de sinal Wifi disponibilizado no átrio e zonas comerciais do Núcleo Central.

➤ Site da Taguspark

Levantamento de necessidades e consequente desenvolvimento dos trabalhos de análise e definição de requisitos para a elaboração do futuro site da Taguspark S.A..

CONTROLO DE GESTÃO

Em 2016, continuaram a ser utilizados os mecanismos de controlo interno e de suporte à gestão implementados em exercícios anteriores, e que continuam a ser reforçados, melhorando o Sistema de Informação.

A Área de Planeamento e Controlo de Gestão continuou, em 2016, a elaborar, com periodicidade mensal, os Relatórios de Controlo de Gestão, compostos por um painel de indicadores de gestão de diferentes vertentes (financeira, operacional, comercial e de pessoal), de modo a garantir o adequado suporte à tomada de decisão e continuar a potenciar a obtenção de ganhos de eficiência.



VI - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Taguspark, S.A. encerrou as contas referentes ao exercício de 2016 com um resultado líquido positivo de **687 894€**, valor acima do orçamentado em 510 mil euros.

O **Resultado Operacional** foi positivamente afetado pelo recebimento de uma indemnização paga pela GDL, por expropriação dos terrenos onde se encontra instalada a conduta principal de gás natural, pelo incremento dos proveitos suplementares (encargos comuns, energia e água) resultado do acréscimo de ocupação em 14% e negativamente afetado pela redução de 15% da renda média e pelo incremento dos custos com pessoal.

	2016	2015	2014	2013	Diferença (2016/2015)
Componente do Resultado Líquido	€	€	€	€	%
EBITDA	2.876.039	2.743.033	3.153.783	1.247.628	4,85
Resultado Operacional (antes gastos financiamento e impostos)	746.989	575.517	990.647	-888.182	29,79
Resultado Antes de Impostos	682.180	508.530	688.824	-882.189	34,15
Imposto sobre o Rendimento	5.714	-405.700	253.264	335.327	-101,41
Resultado Líquido	687.894	102.830	942.088	-546.862	568,96

O EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos), no valor de **2.876.039€**, ficou 19% acima do orçamentado e 5% acima do valor registado em 2015.

	2016	2015	2014	2013	Diferença (2016/2015)
Decomposição dos Proveitos Operacionais	€	€	€	€	%
Prestações de Serviços	4.057.538	4.144.685	4.106.836	3.530.344	-2,10
Outros Rendimentos e Ganhos	2.512.852	2.398.478	2.466.827	2.412.699	4,77
Indemnizações	321.548	0	0	0	
Subsídios ao Investimento	238.757	276.386	296.207	296.208	-13,61
Reversões	23.110	211.047	0	0	-89,05
Aumentos de justo valor	13.661	0	0	0	
Venda de Direito de Superfície	0	0	741.853	0	
Venda de Imóveis	0	0	0	165.967	
Total dos Proveitos Operacionais	7.167.467	7.030.596	7.611.722	6.405.217	1,95

Constata-se que também os proveitos operacionais, que totalizaram 7.167.467€, registaram um acréscimo de 2% face a igual período de 2015.

	2016	2015	2014	2013	Diferença (2016/2015)
Decomposição dos Custos Operacionais	€	€	€	€	%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.689.710	2.761.296	2.754.609	2.798.720	-2,59
Gastos com Pessoal	1.216.713	1.073.062	1.195.672	1.498.765	13,39
IMI, Taxas e Outros Impostos	334.130	372.985	384.029	377.430	-10,42
Outros Gastos e Perdas	12.277	27.037	17.471	23.989	-54,59
Sub-Total	4.252.830	4.234.380	4.351.782	4.698.903	0,44
Processos Judiciais	0	0	14.530	52.261	
Imparidade de Dívidas a Receber	0	47.073	41.583	398.634	-100,00
Dívidas Incobráveis	0	0	39.965	0	
Perdas Imputadas a Subsidiárias, Associadas e Investimentos	14.255	6.111	9.199	7.790	133,28
Insuficiência Estimativa IRC	24.342	0	880	0	
Sub-Total	38.597	53.183	106.157	458.685	-27,43
Total dos Custos Operacionais	4.291.427	4.287.563	4.457.939	5.157.589	0,09



A Taguspark, S.A. continuou com a contenção de custos operacionais sendo que os Fornecimentos e Serviços Externos se apresentam 2,6% abaixo dos custos registados no ano anterior. De referir, no entanto, que dado o incremento da taxa de ocupação se registou um aumento significativo nos gastos com a recuperação dos espaços.

Os Gastos com Pessoal ficaram 12% abaixo do valor orçamentado devido a licenças de maternidade e à saída de um colaborador em junho. Comparativamente com o ano anterior, o acréscimo de custos é de 13% e resulta do reingresso de dois colaboradores que tinham sido requisitados para exercer funções públicas e da anulação gradual dos cortes aplicados aos funcionários públicos.

Investimento

Em 2016 registaram-se 131 mil euros de investimento em ativos fixos tangíveis. Entre outros, foram investidos 50 mil euros no *upgrade* do sistema de Gestão Técnica dos Edifícios e 36 mil euros no Edifício Poente.

Quanto aos principais indicadores económicos e financeiros, continua a constatar-se uma elevada solidez financeira da Taguspark, S.A.

Indicadores Financeiros	2016	2015	2014	2013
Liquidez Geral	208%	163%	133%	134%
Autonomia Financeira	85%	84%	78%	73%
Solvabilidade	570%	515%	359%	277%
Rendibilidade das Vendas - ROS	10%	2%	2%	-9%
Rendibilidade Vendas (excluindo venda imóveis/indenização) - ROS	6%	2%	-8%	-12%
Rendibilidade dos Activos - ROA	1%	0%	0%	-1%
Rendibilidade dos Capitais Próprios - ROE	1%	0%	0%	-1%
Prazo Médio de Recebimentos	27,96 dias	86,92 dias	36,20 dias	48,49 dias
Prazo Médio de Pagamentos	54,91 dias	74,67 dias	59,44 dias	58,06 dias

A rendibilidade dos Ativos e dos Capitais Próprios continua a apresentar valores relativamente reduzidos, atentos os elevados valores de ativos detidos pela Taguspark¹ e que não geram rendimento.

Os rácios Liquidez Geral, Autonomia Financeira e Solvabilidade em 2013 e 2014, apresentavam valores confortáveis, mas mais reduzidos dada a fase de intenso investimento que implicou a contratação de empréstimos bancários de curto, médio e longo prazos, voltaram a aumentar em 2015 e muito expressivamente em 2016. A redução do prazo médio de recebimentos está diretamente relacionada com esta melhoria significativa dos indicadores.

O desagravamento significativo do prazo médio de recebimentos resulta da regularização dos pagamentos por parte da Novartis que, no final de 2015, apresentava uma conta corrente de 920 mil euros. É de salientar que as imparidades de clientes dizem respeito a dívidas de utentes cujos processos de contencioso tiveram início em anos anteriores, já que em termos totais registaram-se desagravamentos em 2016 e 2015.

A Taguspark tem procurado continuar a cumprir os prazos de pagamentos estabelecidos contratualmente com os fornecedores com o objetivo de obter economias a nível dos preços.

¹ A sociedade é proprietária de Lotes de terreno com área que totaliza 290.744 m², com edificabilidade de cerca de 108.000 m² de acordo com o Alvará de Loteamento nº2/96 e de cerca de 36 ha de terrenos rústicos com área estimada de construção potencial de cerca de 110.000 m² de acordo com os parâmetros aplicáveis do PIAPCT.

[Handwritten signatures and initials]



VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta os resultados do exercício de 2016, o Conselho de Administração propõe, nos termos das disposições pertinentes do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício:

Resultado Líquido do Exercício	687.894 €
Aplicação	
Reserva Legal	34.395 €
Resultados Transitados	653.500 €

mail
ful
A



VIII – NOTAS FINAIS

Ao encerrar o Relatório de Gestão do exercício de 2016, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos os que o apoiaram na prossecução dos objectivos fixados para a Taguspark, S.A..

Aos Accionistas, pelo apoio e confiança demonstrado nos mais diversos momentos da vida da Taguspark, S.A..

Aos colaboradores, pela dedicação, empenho e profissionalismo evidenciado no exercício das suas funções.

Ao órgão de Fiscalização, pela colaboração essencial prestada.

É ainda devido um agradecimento muito especial a todos os nossos clientes e utentes que nos honraram com a sua preferência, a quem reafirmamos a nossa determinação em alcançar a excelência na prestação de serviços e na procura da satisfação das suas necessidades.

Oeiras, 07 de março de 2017

O Conselho de Administração




Prof. João Duque
Presidente

Administrador Delegado



Prof. António Carmona Rodrigues

Vogais Não Executivos



Eng.º Alexandre Teixeira da Fonseca



Prof. Eduardo Baptista Correia



Prof. Fernando Mira da Silva



Dr. Nuno Manalvo dos Santos



ANEXO – CONTAS AUDITADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Natureza
- Demonstração dos Resultados por Funções
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2016
- Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a stylized signature and the letters "VZ" and "FD".

TAGUSPARK - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.

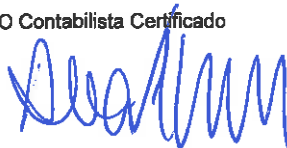
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

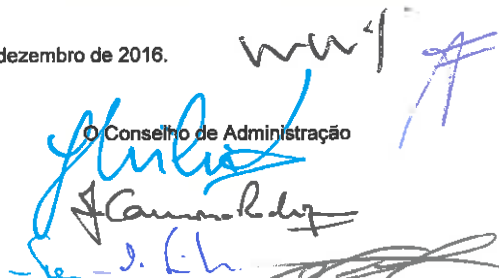
ATIVO	Notas	2016	2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	57.671.967,39	59.632.164,97
Ativos intangíveis	8	33.824,10	65.984,32
Participações financeiras	9	1.718.971,89	1.733.227,10
Outros ativos financeiros	11	102.564,08	90.880,06
Ativos por impostos diferidos	10	103.319,11	107.014,37
		59.630.646,57	61.629.270,82
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	11	650.669,35	1.578.604,59
Estado e outros entes públicos	17	1.552.296,04	1.383.316,01
Outras contas a receber	11	1.194.447,79	1.225.166,35
Diferimentos	12	11.436,11	80.891,63
Caixa e depósitos bancários	4, 11	3.702.340,73	1.380.973,55
		7.111.190,02	5.648.952,13
Total do ativo		66.741.836,59	67.278.222,95
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
		2016	2015
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	13	21.750.000,00	21.750.000,00
Reservas legais	13	2.016.443,98	2.011.302,50
Outras reservas	13	27.330.046,48	27.330.046,48
Resultados transitados		571.287,75	527.319,91
Ajustamentos em ativos financeiros		(1.041.431,27)	(1.041.431,27)
Outras variações no capital próprio		5.459.447,83	5.654.302,65
		56.085.794,77	56.231.540,27
Resultado líquido do exercício		687.894,16	102.829,65
Total do capital próprio		56.773.688,93	56.334.369,92
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	14	59.170,66	59.170,66
Financiamentos obtidos	15	3.060.452,07	3.954.726,20
Passivos por impostos diferidos	10	3.392.692,89	3.474.801,38
		6.512.315,62	7.488.700,24
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	15	502.886,25	574.233,03
Estado e outros entes públicos	17	191.380,02	222.636,28
Financiamentos obtidos	15	874.416,00	835.500,00
Outras contas a pagar	15, 16	1.519.916,08	1.428.091,79
Diferimentos	18	367.233,69	394.691,69
		3.455.832,04	3.455.152,79
Total do passivo		9.968.147,66	10.943.853,03
Total do capital próprio e do passivo		66.741.836,59	67.278.222,95

O anexo faz parte integrante do balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



TAGUSPARK - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	19	4.057.538,49	4.144.685,41
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(6.087,07)	(6.110,86)
Fornecimentos e serviços externos	20	(2.689.710,31)	(2.761.295,82)
Gastos com o pessoal	21	(1.216.713,09)	(1.073.061,53)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	23.110,17	19.172,21
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	(8.168,14)	-
Provisões (aumentos/reduções)	14	-	144.801,88
Aumentos /reduções de justo valor	11	13.660,92	(583,60)
Outros rendimentos e ganhos	23	3.073.157,69	2.674.864,43
Outros gastos e perdas	24	(383.042,76)	(399.438,91)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.863.745,90	2.743.033,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 8, 22	(2.129.050,09)	(2.167.516,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		734.695,81	575.516,72
Juros e rendimentos similares obtidos	25	21.510,96	24.924,95
Juros e gastos similares suportados	25	(74.026,46)	(91.911,99)
Resultado antes de impostos		682.180,31	508.529,68
Imposto sobre o rendimento do período	10	5.713,85	(405.700,03)
Resultado líquido do período		687.894,16	102.829,65
Resultado por ação básico		0,02	0,02

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



**TAGUSPARK - SOCIEDADE de PROMOÇÃO e DESENVOLVIMENTO
do PARQUE de CIÊNCIA e TECNOLOGIA da ÁREA de LISBOA, S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

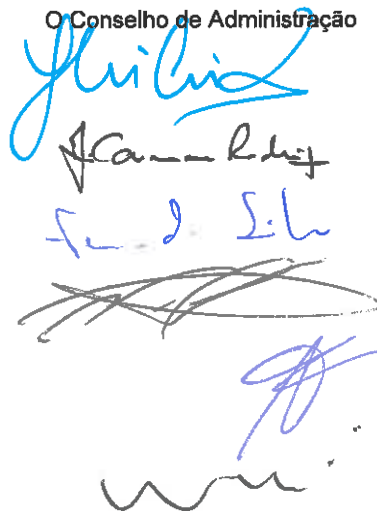
RUBRICAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	6.552.579,21	6.524.675,14
Custo das vendas e dos serviços prestados	(5.596.721,27)	(5.501.574,06)
Resultado bruto	955.857,94	1.023.101,08
Outros rendimentos	591.777,89	294.874,70
Gastos administrativos	(733.681,96)	(697.007,17)
Outros gastos	(66.964,43)	(33.148,19)
Resultado Operacional antes de gastos de financiamento e impostos	746.989,44	587.820,42
Gastos de financiamento (líquidos)	(64.809,13)	(79.290,74)
Resultados antes de impostos	682.180,31	508.529,68
Imposto sobre o rendimento do período	5.713,85	(405.700,03)
Resultado líquido do período	687.894,16	102.829,65

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



TAGUSPARK - SOC.P.D.P.C. TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

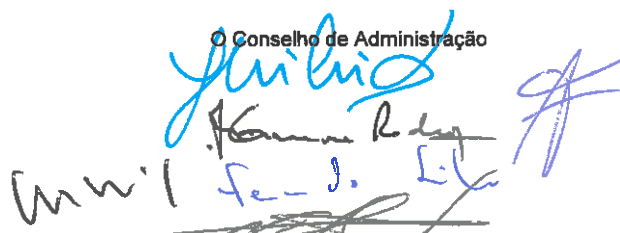
	Notas	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		8.148.962,86	5.912.763,57
Pagamentos a fornecedores		(3.096.706,53)	(3.063.986,89)
Pagamentos ao pessoal		(1.144.234,28)	(1.144.290,54)
Caixa gerada pelas operações		3.908.022,05	1.704.506,14
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		474.241,68	575.545,58
Outros recebimentos / pagamentos		(998.047,53)	(1.133.933,21)
Fluxos das atividades operacionais [1]		3.384.216,20	1.146.118,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(134.635,98)	(863.123,06)
Ativos intangíveis		-	(14.760,00)
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	280.000,00
Outros ativos		1.976,90	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		310,76	4.483,41
Dividendos		-	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		(132.348,32)	(613.399,65)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	15	(855.360,13)	(821.983,23)
Juros e gastos similares		(75.140,57)	(94.150,16)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(930.500,70)	(916.133,39)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		2.321.367,18	(916.133,39)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.380.973,55	1.764.388,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.702.340,73	1.380.973,55

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



TAGUSPARK - SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ÁREA DE LISBOA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2016

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2016	1 13	21.750.000,00	-	2.011.302,50	27.330.046,48	527.319,91	(1.041.431,27)	-	5.654.302,85	102.829,65	56.334.369,92	56.334.369,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente da revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	(53.720,33)	-	-	53.720,33	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(248.575,15)	-	(248.575,15)	(248.575,15)
Deliberação de resultados 2015		-	-	5.141,48	-	97.688,17	-	-	-	-	-	-
	2 13	-	-	5.141,48	-	43.967,84	-	-	(194.854,82)	(102.829,65)	(248.575,15)	(248.575,15)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	-	-	-	-	-	-	687.894,16	687.894,16	687.894,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO EM APROVAÇÃO		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	-	5.141,48	-	43.967,84	-	-	(194.854,82)	585.064,51	439.319,01	439.319,01
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5 13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO 2016	1+2+3+5	21.750.000,00	-	2.016.443,98	27.330.046,48	571.287,75	(1.041.431,27)	-	5.459.447,83	687.894,16	56.773.688,93	56.773.688,93

TAGUSPARK – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A TAGUSPARK – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima, foi constituída em 30 de julho de 1992 e tem a sua sede social no Taguspark – Núcleo Central, n.º 100, freguesia de Porto Salvo, concelho de Oeiras, e que tem como atividade principal a instalação, o desenvolvimento, a promoção e a gestão de um Parque de Ciência e Tecnologia, bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 7 de março de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	4 a 50
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 10
Outras Imobilizações Corpóreas	3 a 10

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação (ou a receber) e a quantia líquida de amortizações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os terrenos e edifícios objeto de contratos de locação são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, de acordo com a NCRF 7. A Administração da Empresa entende que estes ativos são detidos pelo dono para arrendamento, sendo proporcionados serviços de apoio significativos aos seus ocupantes, não se enquadrando, portanto, no conceito de propriedades de investimento da NCRF 11.

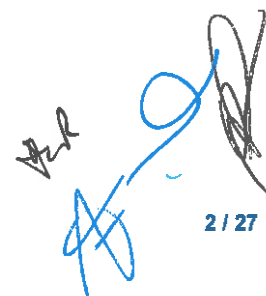
3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

O rendimento relacionado com recebimentos de locações operacionais é reconhecido numa base linear durante o período da locação. Os custos iniciais incorridos com a negociação e contratação das locações operacionais são acrescidos à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como gastos numa base linear durante o período da locação.



2 / 27

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Programas de Computadores	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

A Empresa tem reconhecido na rubrica de ativos intangíveis, o goodwill inerente ao processo de fusão da subsidiária Promitagus – Sociedade de Promoção Imobiliária do Tagusparque, S.A., ocorrido a 1 de janeiro de 2013.

A Empresa considerou como *Goodwill* o VAL dos recebimentos futuros da margem de 6% aplicada sobre os arrendamentos explorados pela Promitagus, em edifícios propriedade da Empresa.

Deste modo, a atualização do valor de goodwill apurado em 2013, assentou no princípio da contínua redução das rendas exploradas pela Promitagus (27%/ano), de forma a que o valor do ativo traduza anualmente os benefícios económicos futuros esperados e determinados inicialmente em 2013, aquando da fusão.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

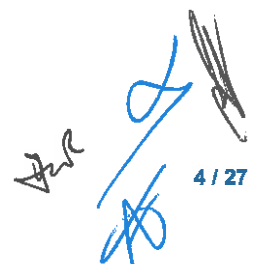
(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:



4 / 27

a) Cientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem suprimentos, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem outros credores, são geralmente registados ao custo amortizado.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Outros ativos e passivos financeiros designados a justo valor por resultados

São incluídos na categoria de “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados” todos os ativos e passivos financeiros, independentemente da sua natureza, que, no seu reconhecimento inicial, tenham sido designados como tal, nomeadamente o Fundo de Capital de Risco ISTART-I, um fundo de investimento constituído para investimento na constituição de iniciativas empresariais com origem nas universidades e institutos de investigação e gerido pela Espírito Santo Ventures. Estes ativos são avaliados com uma periodicidade mínima semestral, pela sociedade gestora, pelo método do justo valor.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.



O rédito proveniente das locações é reconhecido numa base linear durante o período da locação. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.10 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas, e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis e investimentos em associadas e análises de imparidade;
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- Determinação de estimativas para juros a receber, remunerações a liquidar e impostos e outros montantes a pagar;
- Goodwill resultante da fusão com a subsidiária Promitagus, S.A. e respetivos testes de imparidade;
- Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos.

3.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das

correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.12 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.15 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

	2016	2015
Numerário	585,98	944,28
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.701.754,75	1.380.029,27
	3.702.340,73	1.380.973,55

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as dívidas a receber da associada AFTA, S.A. estavam a ser reconhecidas, incorretamente, na rubrica de "Sócios". Dada a relação entre as partes, procedeu-se à sua reclassificação para a rubrica "Outras contas a receber" nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

É do entendimento da Administração que a reclassificação destes montantes não prejudica a correta leitura das demonstrações financeiras, bem como da posição financeira da Empresa, pelo que não será efetuada a reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015, atendendo à imaterialidade desses mesmos montantes.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	16.268.086,37	84.694.071,63	11.265,87	362.109,33	2.273.960,63	2.227.450,45	105.836.944,28
Aquisições	-	-	-	7.982,04	16.108,00	122.420,28	146.510,32
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	113.155,02	-	-	147.594,73	(260.749,75)	-
Saldo final	16.268.086,37	84.807.226,65	11.265,87	370.091,37	2.437.663,36	2.089.120,98	105.983.454,60
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial	-	44.151.323,91	11.265,87	334.394,53	1.707.795,00	-	46.204.779,31
Amortizações do exercício	-	1.988.799,54	-	13.731,90	104.176,46	-	2.106.707,90
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	46.140.123,45	11.265,87	348.126,43	1.811.971,46	-	48.311.487,21
Ativos líquidos	16.268.086,37	38.667.103,20	-	21.964,94	625.691,90	2.089.120,98	57.671.967,39

2015


	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	16.418.334,14	85.941.024,30	11.265,87	311.767,02	600.013,03	4.857.250,94	108.139.655,30
Aquisições	-	-	-	4.418,02	-	586.267,54	590.685,56
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Dif. integração AFT ERP	-	(0,31)	-	(0,05)	0,53	-	0,17
Transferências	-	(1.246.952,36)	-	45.924,34	1.673.947,07	(472.919,05)	-
Abates (doações)	(150.247,77)	-	-	-	-	(2.743.148,98)	(2.893.396,75)
Saldo final	16.268.086,37	84.694.071,63	11.265,87	362.109,33	2.273.960,63	2.227.450,45	105.836.944,28
Amortizações acumuladas							
Saldo inicial	-	43.340.105,49	9.153,53	279.833,43	443.951,29	-	44.073.043,74
Amortizações do exercício	-	2.003.482,11	2.112,34	22.943,35	103.196,46	-	2.131.734,26
Dif. integração AFT ERP	-	-	-	0,02	1,29	-	1,31
Transferências	-	(1.192.263,69)	-	31.617,73	1.160.645,98	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	44.151.323,91	11.265,87	334.394,53	1.707.795,00	-	46.204.779,31
Ativos líquidos	16.268.086,37	40.542.747,72	-	27.714,80	566.165,63	2.227.450,45	59.632.164,97

As amortizações do exercício de ativos fixos tangíveis, no montante de 2.106.707,90 Euros (2.131.734,26 Euros em 2015), foram registadas na rubrica de gastos de depreciação e amortização (Nota 22).

As doações registadas no exercício de 2015 na rubrica de ativos fixos em curso referem-se à doação da Residência de Estudantes ao Instituto Superior Técnico.

O justo valor dos ativos fixos tangíveis da Empresa foi determinado por referência a 31 de dezembro de 2016, ascendendo a cerca de 116 Milhões de Euros. Tal justo valor foi determinado tendo por base avaliações parcelares efetuadas, durante o ano, por entidades especializadas independentes.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram incluídos, na quantia escriturada de ativos fixos em curso, dispêndios no montante de 122.420,28 Euros (586.267,54 Euros em 2015), os quais são detalhados por natureza conforme se segue:



	2016	2015
Dispêndios capitalizados		
Adaptação dos espaços do edifício Ciência II	-	58.080,79
Deteção de CO	-	11.030,91
Polo Multifuncional	11.626,00	2.914,00
Remodelação do Grande Auditório	9.874,00	-
Condensadores Energia Reativa	7.935,38	-
Remodelação do Edifício Qualidade	6.545,00	-
Remodelação Nucleo Central	-	199.973,07
Construção da Residência de Estudantes	-	36.685,49
Construção da Praça Central e edifício Poente	36.085,52	77.069,50
Infraestruturas	-	55.875,92
Caldeiras para CTU	-	13.203,30
CCTV	-	93.678,30
Sistema de gestão técnica	50.354,38	37.756,26
	122.420,28	586.267,54

7 LOCAÇÕES

Locações operacionais


Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas e equipamento informático, os quais se encontram denominados em Euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2016	2015
Até 1 ano	33 507,02	39 342,73
Aluguer Op. Viaturas	27 294,39	32 889,90
Aluguer Equipamento	6 212,63	6 452,83
Entre 1 ano e 5 anos	50 952,89	79 526,03
Aluguer Op. Viaturas	40 080,78	62 441,29
Aluguer Equipamento	10 872,11	17 084,74
	84 459,91	118 868,75

8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



11 / 27

2016			
	Goodwill	Programas computador	Total
Ativos			
Saldo inicial	21.236,00	142.247,60	163.483,60
Aquisições	-	-	-
Outras variações	(9.818,03)	-	(9.818,03)
Saldo final	11.417,97	142.247,60	153.665,57
Amortizações acumuladas perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	97.499,28	97.499,28
Amortizações do exercício	-	22.342,19	22.342,19
Saldo final	-	119.841,47	119.841,47
Ativos líquidos	11.417,97	22.406,13	33.824,10

2015			
	Goodwill	Programas computador	Total
Activos			
Saldo inicial	35.492,32	130.247,60	165.739,92
Aquisições	-	12.000,00	12.000,00
Outras variações	(14.256,32)	-	(14.256,32)
Saldo final	21.236,00	142.247,60	163.483,60
Amortizações acumuladas perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	61.717,05	61.717,05
Amortizações do exercício	-	35.782,23	35.782,23
Saldo final	-	97.499,28	97.499,28
Activos líquidos	21.236,00	44.748,32	65.984,32

As aquisições de programas de computadores no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 respeitam, na sua totalidade, à aquisição de serviços de desenvolvimento do ERP da Empresa, registados na rubrica "Ativos fixos intangíveis em curso". A entrada em produção deste ERP verificou-se em abril de 2013, altura na qual se iniciou a respetiva amortização em 3 exercícios.

O Goodwill registado no decorrer do exercício de 2013 prende-se com a estimativa do valor de negócio futuro da Promitagus, S.A., na sequência do processo de fusão ocorrido a 1 de Janeiro de 2013.

Conforme mencionado na nota 3, a Empresa considerou como *Goodwill* o VAL dos recebimentos futuros da margem de 6% aplicada sobre os arrendamentos explorados pela Promitagus, em edifícios propriedade da Empresa. Deste modo, a atualização do valor de goodwill apurado em 2013, assentou no princípio da contínua redução das rendas exploradas pela Promitagus (27%/ano), de forma a que o valor do ativo traduza anualmente os benefícios económicos futuros esperados e determinados inicialmente em 2013, aquando a fusão.

Assim, o montante de 9.818,03 Euros (14.256,32 Euros em 2015) inscrito na linha "Outras variações" reflete a atualização anual do valor do *Goodwill* em função dos benefícios económicos futuros esperados.

As amortizações do exercício, no montante de 22.342,19 Euros (35.782,23 Euros em 2015), foram registadas na rubrica de gastos de depreciação e amortização (Nota 22).

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras", incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

2016

	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	1.694.977,10	426.250,00	2.121.227,10
Aquisições	-	-	-
Regularizações - Método da equiv. Patrimonial (AFTA)	(6.087,07)	-	(6.087,07)
Saldo final	1.688.890,03	426.250,00	2.115.140,03
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	388.000,00	388.000,00
Perdas por imparidade do exercício	-	8.168,14	8.168,14
Saldo final	-	396.168,14	396.168,14
Ativos líquidos	1.688.890,03	30.081,86	1.718.971,89

2015

	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	1.701.087,96	706.250,00	2.407.337,96
Aquisições	-	-	-
Alienações (OEINERGE)	-	(280.000,00)	(280.000,00)
Regularizações - Método da equiv. Patrimonial (AFTA)	(6.110,86)	-	(6.110,86)
Saldo final	1.694.977,10	426.250,00	2.121.227,10
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	388.000,00	388.000,00
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-
Saldo final	-	388.000,00	388.000,00
Ativos líquidos	1.694.977,10	38.250,00	1.733.227,10

As participações financeiras detidas pela Empresa registadas ao custo, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são conforme se segue:

ENTIDADE	2016		
	Valor Participação	Imparidade Acumulada	Ativo líquido
Tecparques - Associação Portuguesa de Parques de Tecnologia	2 500,00	-	2 500,00
ISQ - Centro de Inovação Empresarial, SA	371 250,00	363 000,00	8 250,00
Azores Parque - Soc. de Desenv. e Gestão de Parques Empresariais S.A.	25 000,00	8 168,14	16 831,86
IFEA - Instituto de Formação Empresarial Avançada	25 000,00	25 000,00	-
Ciência Activa - Educação e Ocupação de Tempos Livres, Lda	2 500,00	-	2 500,00
TOTAL	426 250,00	396 168,14	30 081,86

ENTIDADE	2015		
	Valor Participação	Imparidade Acumulada	Ativo líquido
Tecparques - Associação Portuguesa de Parques de Tecnologia	2 500,00	-	2 500,00
ISQ - Centro de Inovação Empresarial, SA	371 250,00	363 000,00	8 250,00
Azores Parque - Soc. de Desenv. e Gestão de Parques Empresariais S.A.	25 000,00	-	25 000,00
IFEA - Instituto de Formação Empresarial Avançada	25 000,00	25 000,00	-
Ciência Activa - Educação e Ocupação de Tempos Livres, Lda	2 500,00	-	2 500,00
TOTAL	426 250,00	388 000,00	38 250,00


O montante de 6.087,07 Euros referente às regularizações do método de equivalência patrimonial corresponde ao ajustamento da participação na empresa associada AFTA, S.A., cujo detalhe se apresenta da seguinte forma:

	2002	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Capitais próprios da AFTA	746.377,49	1.401.652,32	1.382.220,04	1.359.622,02	1.336.019,26	1.306.788,67	1.283.416,04	1.264.817,54	1.246.483,10	1.228.221,89
% de participação da Taguspark (33,33%)	248.767,62	467.170,72	460.693,94	453.162,02	445.285,22	435.552,66	427.762,56	421.563,68	415.452,81	409.368,36
Variação do MEP	-	218.403,10	(6.476,78)	(7.531,92)	(7.866,80)	(9.742,56)	(7.790,10)	(6.198,88)	(6.110,86)	(6.087,07)
Valor de aquisição (2002)	1.528.291,80									
Diferença entre V.A. e % dos CP da AFTA	1.279.524,28									

Os principais ativos da AFTA são constituídos por terrenos para construção, que se encontram reconhecidos numa rubrica de inventários e mensurados ao custo pelo montante de 3.730.481,70 Euros, em 31 de dezembro de 2016 (igual montante em 2015). O valor realizável líquido estimado dos terrenos ascende a 7.047.000 Euros, de acordo com uma avaliação independente efetuada em novembro de 2012, através do método de rentabilidade com consulta de dados relevantes do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

Empresas associadas:	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	2016				
						Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Diferença entre V.A. e % dos CP	Montante registado
AFTA, S.A.	Lisboa	3 757 775,81	2 529 553,92	1 228 221,89		(18 261,21)	33,33%	(6 087,07)	1 279 524,28	1 688 890,03
								(6 087,07)	1 279 524,28	1 688 890,03



	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	2015	% detida	Proporção no resultado	Diferença entre V.A. e % dos CP	Montante registado
						Resultado líquido				
Empresas associadas:										
AFTA, S.A.	Lisboa	3 786 122,56	2 539 639,46	1 246 483,10	-	(18 330,96)	33,33%	(6 110,86)	1 279 524,28	1 694 977,10
								(6 110,86)	1 279 524,28	1 694 977,10

10 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	72.699,38	15.868,14
	72.699,38	15.868,14
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias		
Cedência de direito de exploração de terrenos	-	675.000,00
Imparidade de dívidas a receber de clientes	3.695,26	14.246,18
Imparidade de dívidas a receber de terceiros	-	6.306,69
Subsídios ao investimento de ativos	(53.720,33)	(62.186,92)
Mais-valias não tributadas	(28.388,16)	(243.534,06)
	(78.413,23)	389.831,89
Gasto com impostos sobre o rendimento	(5.713,85)	405.700,03

	2016	2015
Resultado antes de impostos	668 519,39	508 529,68
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	150 416,86	114 419,18
Diferenças permanentes:		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	1 126,69	5 712,60
50% da diferença positiva entre as mais e menos-valias fiscais	-	-
Mais-valias contabilísticas	118 501,69	118 501,69
Créditos incobráveis não aceites como gastos	-	193,32
IRC e outros impostos que incidam sobre os lucros	24 342,05	-
Outros gastos não dedutíveis	19 298,54	17 494,98
Benefícios fiscais	(12 843,33)	(1 195 658,70)
Reversão de Provisões tributadas em exercícios anteriores	(74 856,53)	(3 166 202,64)
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor	(13 660,92)	-
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	13 929,34	(949 490,72)
Diferenças temporárias:		
Ajustamentos para imparidades de clientes	58 433,15	74 856,53
Aplicação Método Equivalência Patrimonial	6 087,07	6 110,86
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	14 517,05	18 217,66
Prejuízos reportáveis para efeitos fiscais	(556 463,46)	3 630 461,68
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	(116 857,33)	816 853,88
	62 005,93	-
Ajustamentos à coleta (Tributações Autónomas)	10 693,45	15 868,14
Gasto com impostos sobre o rendimento	72 699,38	15 868,14

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2016	2015	2016	2015
Cedência de direito de exploração de terrenos	7.407,15	7.407,15	-	-
Imparidade de dívidas a receber de clientes	13.147,46	16.842,72	-	-
Provisão para riscos e encargos (retenções não-residentes)	5.906,25	5.906,25	-	-
Atualização monetária suprimentos concedidos	(4.816,75)	(4.816,75)	-	-
Provisão para perdas de participação em associadas	81.675,00	81.675,00	-	-
Subsídios ao investimento de ativos	-	-	(1.564.482,41)	(1.618.202,74)
Mais-valias não tributadas	-	-	(1.828.210,48)	(1.856.598,64)
	103.319,11	107.014,37	(3.392.692,89)	(3.474.801,38)

Per
16 / 27

11 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Numerário	585,98	-	585,98	944,28	-	944,28
Depósitos bancários à ordem	3.497.417,28	-	3.497.417,28	1.175.691,80	-	1.175.691,80
Depósitos bancários a prazo imediatamente mobilizáveis	204.337,47	-	204.337,47	204.337,47	-	204.337,47
	3.702.340,73	-	3.702.340,73	1.380.973,55	-	1.380.973,55
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Outras contas a receber (suprimentos)	464.754,49	35.587,41	429.167,08	490.169,83	35.587,41	454.582,42
	464.754,49	35.587,41	429.167,08	490.169,83	35.587,41	454.582,42
Ativos financeiros ao justo valor						
Outros ativos financeiros	102.564,08	-	102.564,08	90.880,06	-	90.880,06
	102.564,08	-	102.564,08	90.880,06	-	90.880,06
Ativos financeiros ao custo:						
Cientes	1.445.692,34	795.022,99	650.669,35	2.396.737,75	818.133,16	1.578.604,59
Outras contas a receber (suprimentos)	835.000,00	84.621,88	750.378,12	835.000,00	84.621,88	750.378,12
Outras contas a receber (restantes)	14.902,59	-	14.902,59	20.205,81	-	20.205,81
	2.295.594,93	879.644,87	1.415.950,06	3.251.943,56	902.755,04	2.349.188,52
	6.565.254,23	915.232,28	5.650.021,95	5.213.967,00	938.342,45	4.275.624,55

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes	1 445 692,34	(795 022,99)	650 669,35	2 396 737,75	(818 133,16)	1 578 604,59
Outras contas a receber	1 314 657,08	(120 209,29)	1 194 447,79	1 345 375,64	(120 209,29)	1 225 166,35
Suprimentos	1 299 754,49	(120 209,29)	1 179 545,20	1 325 169,83	(120 209,29)	1 204 960,54
Debitos de Fornecedores	4 926,16	-	4 926,16	1 516,96	-	1 516,96
Devedores por acr. rendimentos	2 213,83	-	2 213,83	179,69	-	179,69
Juros	2 213,83	-	2 213,83	179,69	-	179,69
Iva de notas de crédito a recuperar	58,80	-	58,80	1 182,96	-	1 182,96
AFTA, S.A.	7 220,73	-	7 220,73	16 937,23	-	16 937,23
Devedores diversos	483,07	-	483,07	388,97	-	388,97
	2 760 349,42	(915 232,28)	1 845 117,14	3 742 113,39	(938 342,45)	2 803 770,94

No exercício findo a 31 de dezembro de 2016, verificou-se uma variação positiva nas imparidades de dívidas a receber no montante de 23.110,17 Euros (variação positiva de 19.172,21 Euros em 2015).

No cálculo do custo amortizado da rubrica de suprimentos, considerou-se, para efeitos de cálculo das perdas por imparidade acumuladas, a atualização dos valores a reembolsar pela Ciência Ativa. Em 19 de dezembro de 2012 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial, pelo qual, o montante do empréstimo concedido será reembolsado até 31 de dezembro de 2028, gozando de um período de carência de pagamento da amortização durante o ano de 2013, sendo pago em prestações mensais, constantes e sucessivas, conjuntamente com os juros compensatórios

17 / 27

correspondentes, vencendo-se a primeira prestação de amortização em janeiro de 2014 e as restantes no último dia útil de cada um dos meses imediatamente subsequentes. Sobre este presente empréstimo, na modalidade de suprimientos, vencer-se-ão juros compensatórios à taxa equivalente à Euribor a 30 dias, vigente no início de cada período, acrescida de um spread de 4,50%. Os juros vencidos e não pagos à data de 31 de julho de 2009 foram capitalizados, crescendo 66.418,53 Euros, portanto, ao montante em dívida nessa data. Assim, o valor dos suprimientos e dos juros capitalizados ascende a um total de 566.418,53 Euros. O primeiro pagamento de juros remuneratórios venceu-se em 31 de janeiro de 2014, tendo os subsequentes pagamentos lugar no último dia útil de cada um dos meses seguintes.

Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de "Outros ativos financeiros" apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Não Corrente:		
Fundo Capital Risco "ISTART - I"	102.564,08	90.880,06
	102.564,08	90.880,06

Estes ativos financeiros encontram-se mensurados ao justo valor. Conforme descrito na Nota 3, estes ativos são avaliados com uma periodicidade mínima semestral pelos métodos do justo valor ou do valor conservador. A avaliação dos ativos do capital de risco do Fundo não admitidos à negociação utiliza, nos 12 primeiros meses da data de aquisição do ativo, o método do justo valor. Decorrido esse período é aplicado o justo valor, obtido através de transações materialmente relevantes, múltiplos de sociedades comparáveis ou calculado com base em informação disponível utilizando fluxos de caixa descontados. A avaliação dos valores admitidos à negociação (em mercado regulamentado ou não regulamentado) será efetuada com base no último preço, efetivo ou de referência, disponível na data em causa, contando que tal informação tenha sido emitida nos seis meses anteriores ao momento de avaliação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registado um aumento do justo valor deste ativo financeiro no montante de 13.660,92 Euros (diminuição de justo valor no montante de 583,60 Euros em 2015).

A Empresa subscreveu, em 14 de julho de 2011, 10.000.000 de unidades de participação de subcategoria A2, no valor de 100.000,00 Euros, e 5.000.000 de unidades de participação de subcategoria B2, no valor de 50.000,00 Euros. A quantia escriturada à data de 31 de dezembro de 2013 correspondia a 64% do montante de unidades de participação subscritas da subcategoria A2 (64.000,00 Euros) e à totalidade das unidades de participação subscritas da subcategoria B2 (50.000,00 Euros). No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reembolsados 22.536,34 Euros de unidades subscritas neste fundo, não sendo possível, no entanto, determinar o tipo de unidades de participação a que o reembolso respeita. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a empresa foi ressarcida pelo montante de 1.976,90 Euros relativos à compensação pela diminuição das unidades de participação do fundo, a qual correspondeu integralmente à totalidade das unidades de participação não subscritas.

12 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized '2' and the date '18 / 27'.

AL

	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.211,66	75.010,85
Gastos de manutenção	759,52	205,25
Aluguer de equipamento	5.291,83	3.729,30
Outros gastos	4.173,10	1.946,23
	11.436,11	80.891,63

13 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.350.000 ações com o valor nominal de 5 Euros, cada.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de dezembro de 2016 a reserva legal ascendia a 2.016.443,98 Euros.

Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva legal	Reservas livres	Total reservas
Quantia em 01-01-2015	1 964 198,11	27 330 046,48	29 294 244,59
Variações ocorridas no exercício de 2015	47 104,39	-	47 104,39
Quantia em 31-12-2015	2 011 302,50	27 330 046,48	29 341 348,98
Variações ocorridas no exercício de 2016	5 141,48	-	5 141,48
Quantia em 31-12-2016	2 016 443,98	27 330 046,48	29 346 490,46

Distribuições

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração propôs a não distribuição de dividendos, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 23 de março de 2016. A mesma deliberação aplica-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

14 PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

Handwritten signatures and initials, including "FS" and "19 / 27".

		2016				
		Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais		-	-	-	-	-
Outras provisões		59.170,66	-	-	-	59.170,66
		59.170,66	-	-	-	59.170,66

	2015				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Saldo final</u>
Processos judiciais	225.611,13	-	(38.198,63)	(187.412,50)	-
Outras provisões	3.059.170,66	-	(106.603,25)	(2.893.396,75)	59.170,66
	<u>3.284.781,79</u>	<u>-</u>	<u>(144.801,88)</u>	<u>(3.080.809,25)</u>	<u>59.170,66</u>

Os montantes escriturados em 2015 como reversões e utilizações de provisões para processos judiciais em curso referem-se, respetivamente, ao montante do IVA regularizado a favor da Empresa e ao montante incobrável à empresa CHSV – Dasein. Por seu lado, as reversões e utilizações das outras provisões em 2015 referem-se integralmente à doação da residência de estudantes ao Instituto Superior Técnico.

Passivos contingentes

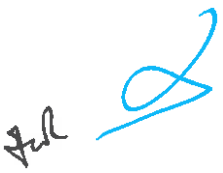

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa tinha os seguintes passivos contingentes:


- 46.828,00 Euros referentes a processos de IVA de janeiro de 1996 a agosto de 1997, com os números 3654200101021320 e 3654200101021850, que se encontram em contencioso judicial, tendo a impugnação sido entregue em Março de 2008, e sobre os quais foi prestada garantia bancária, a favor da Direção Geral dos Impostos, no montante total de 61.362,76 Euros, correspondente ao valor da dívida exequenda, juros de mora até à data do pedido e custas;
- 204.337,47 Euros relativos a uma garantia bancária a favor da Câmara Municipal de Oeiras como garante da concretização das alterações da rede rodoviária, decorrentes da construção do Edifício Poente;
- 212.041,27 Euros, dos quais 175.000,00 Euros encontram-se provisionados numa rubrica de outras contas a pagar, relativos a processos em disputa entre a Empresa e prestadores de serviços.

15 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:



 20 / 27



	2016	2015
Fornecedores:		
Fornecedores C/C	502.886,25	574.233,03
	502.886,25	574.233,03
Outros passivos financeiros:		
Outras contas a pagar	1.519.916,08	1.428.091,79
	1.519.916,08	1.428.091,79
	2.022.802,33	2.002.324,82

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 a Empresa tinha contratualizados os seguintes financiamentos relativos à construção da Residência de Estudantes e do Edifício Poente:

	2016					
	Montante utilizado					
	Limite	Corrente	Não corrente	Vencimento	Taxa de juro	Tipo de amortização
Instituições financeiras:						
Empréstimos bancários:						
Banco Santander Totta, S.A.	3.934.868,07	874.416,00	3.060.452,07	junho 2021	Euribor 0,02% + Spread 1,73%	Trimestral
	3.934.868,07	874.416,00	3.060.452,07			

	2015			Vencimento	Taxa de juro	Tipo de amortização
	Montante utilizado					
	Limite	Corrente	Não corrente			
Instituições financeiras:						
Empréstimos bancários:						
Banco Santander Totta, S.A.	4.790.228,20	835.500,00	3.954.728,20	junho 2021	Euribor a 3 meses + Spread 1,75%	Trimestral
	4.790.228,20	835.500,00	3.954.728,20			

Os contratos de financiamento com maturidades a médio e longo prazo (não-correntes) foram celebrados em 2012, não obstante da sua utilização (e consequente expressão de responsabilidades financeiras nos resultados e no balanço da Empresa) apenas ter ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

16 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:



FS

21 / 27

	2016	2015
Outras contas a pagar		
Créditos de Clientes	1.381,31	2.357,59
Fornecedores de Investimentos	82.834,87	46.974,86
Acréscimos de Gastos		
Gastos com o pessoal	144.226,81	100.081,89
Impostos e taxas	333.878,16	348.683,83
Ações de promoção	266.388,36	254.094,73
Conservação e reparação	39.691,78	78.979,82
Trabalhos especializados	19.013,16	17.647,51
Juros de financiamento obtido	6.057,15	8.656,07
Energia, fluidos e comunicação	79.836,58	85.882,97
Aluguer de Viaturas	451,22	-
Outros acréscimos de gastos	1.119,85	-
Outros Credores	544.998,43	484.694,12
Credores p/ Subs. não Liberadas	38,40	38,40
	1.519.916,08	1.428.091,79

17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	1 194 614,52	-	1 010 582,48	-
Pagamentos por conta	33 173,79	-	24 084,41	-
Estimativa de imposto	(72 699,38)	-	(15 868,14)	-
Retenção na Fonte	1 234 140,11	-	1 002 366,21	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	18 142,30	-	17 969,30
Imposto sobre o valor acrescentado	357 681,52	148 625,99	372 733,53	179 953,96
Contribuições para a Segurança Social	-	24 611,73	-	24 713,02
	1 552 296,04	191 380,02	1 383 316,01	222 636,28

18 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas do passivo corrente "Diferimentos", apresentavam a seguinte composição:

[Handwritten signatures and initials]

	2016	2015
Rendimentos a reconhecer		
Utilização de espaços	84 127,88	82 178,95
Encargos comuns	33 092,62	27 340,45
Rendas	239 630,27	274 953,90
Outros rendimentos faturados antecipadamente	10 382,92	10 218,39
	367 233,69	394 691,69

19 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Prestação de serviços	4.057.538,49	4.144.685,41
	4.057.538,49	4.144.685,41

20 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Trabalhos especializados		
Estudos e projectos	12.450,00	1.980,00
Advogados	29.200,00	7.498,76
Auditores	17.533,11	16.894,12
Outros trabalhos especializados	174.311,40	164.709,31
Publicidade e propaganda	8.353,17	12.303,64
Vigilância e segurança	323.833,43	335.962,44
Honorários	38.591,01	483,22
Conservação e reparação		
Arranjos interiores e exteriores	71.291,84	76.228,91
Instalações eléctricas	102.121,46	98.903,18
Ar condicionado	209.391,81	183.524,87
Edifícios	173.101,67	267.630,81
Outros gastos de conservação e reparação	175.359,69	193.862,38
Serviços bancários	15.242,51	17.911,33
Outros serviços	57.965,66	4.731,12
Materiais	15.340,82	22.456,26
Energia e fluidos	969.991,11	1.019.586,67
Deslocações e estadas	2.905,86	6.533,75
Rendas e alugueres	35.057,31	56.378,73
Comunicação	18.283,55	23.563,65
Seguros	80.169,94	65.480,88
Contencioso e notariado	1.108,00	737,26
Despesas de representação	144,00	165,05
Limpeza, higiene e conforto	157.962,96	183.769,48
	2.689.710,31	2.761.295,82

21 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	156.988,62	112.579,21
Remunerações do pessoal	805.634,76	722.874,62
Indemnizações	1.195,68	9.847,43
Encargos sobre remunerações	244.474,92	221.622,07
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	4.046,35	3.817,83
Gastos de ação social	2.145,26	2.171,87
Outros	2.227,50	148,50
	1.216.713,09	1.073.061,53

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram conforme se segue:

	2016	2015
Conselho de administração	150.913,62	106.785,21
Conselho fiscal	6.075,00	5.794,00
	156.988,62	112.579,21



22 AMORTIZAÇÕES


A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	2.106.707,90	2.131.734,26
Intangíveis (Nota 8)	22.342,19	35.782,23
	2.129.050,09	2.167.516,49

23 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:



24 / 27



	2016	2015
Rendimentos suplementares:		
Venda de água e energia	977 817,45	877 461,17
Encargos comuns	1 302 126,98	1 242 297,36
Aluguer de equipamento	8 083,24	19 638,75
Outros rendimentos suplementares	204 954,50	239 230,43
Inov.II-Incubadora	2 058,55	1 362,02
Rendimentos e ganhos em investimentos	-	14 428,79
Imputação de subsídios para investimento	238 757,12	276 386,34
Indemnizações	321 548,25	-
Outros	17 811,60	4 059,57
	3 073 157,69	2 674 864,43

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Infraestruturas	5 048 030,79	5 048 030,79	-	-	5 048 030,79
Núcleo Central	11 140 270,87	11 140 270,87	-	150 869,36	6 824 464,32
Incubadora de expansão	5 070 534,61	5 070 534,61	-	61 879,08	3 312 138,26
Furo de captação de água	105 560,98	105 560,98	-	-	105 560,98
Central técnica única	1 422 848,78	1 422 848,78	-	-	1 422 848,78
Edifício Fase IV	1 745 792,60	1 745 792,60	-	20 293,20	1 089 645,03
Ampliação Núcleo Central (IAPMEI)	500 000,00	500 000,00	-	5 715,48	277 095,39
	25 033 038,63	25 033 038,63	-	238 757,12	18 079 783,55

24 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Impostos	334.129,94	372.985,12
Correções relativas a exercícios anteriores	1.126,69	5.712,60
Dívidas incobráveis	-	193,32
Quotizações	5.300,00	5.300,00
Juros compensatórios de natureza contratual	12.293,63	12.303,70
Insuficiência de estimativa de imposto	24.342,05	-
Outros	5.850,45	2.944,17
	383.042,76	399.438,91



25 / 27

25 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	2016		2015	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	74 026,46	74 026,46	91 911,99	91 911,99
		74 026,46		91 911,99
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	131,07		2 046,24	
Financiam. concedidos a assoc. e entidades conj. controladas	21 379,89	21 510,96	22 878,71	24 924,95
		21 510,96		24 924,95

26 PARTES RELACIONADAS

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 10% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2016:

Entidade	%	Montante
CMO - Câmara Municipal de Oeiras	19,16	4.167.300,00
IST - Instituto Superior Técnico	12,64	2.749.200,00
Banco BPI	10,03	2.181.525,00
CGD - Caixa Geral de Depósitos	10,00	2.175.000,00
BCP - Banco Comercial Português	10,00	2.175.000,00

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram efetuadas quaisquer transações com partes relacionadas, na ótica da prestação de serviços.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2016						
	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-
Associadas	757.598,85	-	-	757.598,85	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-
	757.598,85	-	-	757.598,85	-	-	-

22

2015

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias							
Associadas	767 315,35	-	-	767 315,35	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-
	<u>767 315,35</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>767 315,35</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

27 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 16.368 Euros (igual montante em 2015).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram prestados outros trabalhos de consultoria, relacionados com auditorias intercalares, à semelhança do exercício anterior.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signatures of the Board of Directors]

4



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **"TAGUSPARK – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A."**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 66.741.836 euros e um total de capital próprio de 56.773.688 euros, incluindo um resultado líquido de 687.894 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **"TAGUSPARK – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A."** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes das entidades nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da

.../...

Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza



material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de Março de 2017

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO E PARECER

DO

CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas,

- 1 - Nos termos da Lei e dos Estatutos cumpre-nos submeter à apreciação dos Senhores Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da **"TAGUSPARK – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A."**, relativamente ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2016.
- 2 - No ano anterior este Conselho Fiscal, elaborou, também, o seu relatório e parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015 e durante o exercício teve sete reuniões.
- 3 - O Conselho Fiscal tomou conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida, nos termos da legislação em vigor, pelo vogal que exerce funções na qualidade de Revisor Oficial de Contas, documento este que mereceu a nossa concordância.
- 4 - No período em apreço, examinámos a escrita contabilística e verificámos os registos e os documentos de contabilidade que lhes servem de suporte.
- 5 - Fizemos trabalho referente à conferência dos valores patrimoniais da sociedade e através do método da amostragem constatámos que foram seguidos os procedimentos contabilísticos geralmente aceites.
- 6 - Verificámos que as políticas contabilísticas na mensuração e escrituração dos valores das demonstrações financeiras estão devidamente evidenciados no ponto 3 das notas explicativas às contas.
- 7 - Analisámos a movimentação ocorrida nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis e considerámos correcto os valores escriturados referentes às aquisições, alienações e transferências.

Verificámos que as taxas de depreciação aplicadas se contêm nos limites legalmente estabelecidos, são calculadas pelo método das quotas constantes e por duodécimos, de acordo com os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

- 8 - A Taguspark tem investimentos financeiros em empresas subsidiárias e empresas associadas.
O nosso trabalho consistiu em verificar que os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial de acordo com a NCRF nº 13.

.../...




Verificámos, igualmente, que as imparidades de participações financeiras foram reforçadas em 8168 euros, devido ao ajustamento ocorrido na associada Azores Parque, S.A..

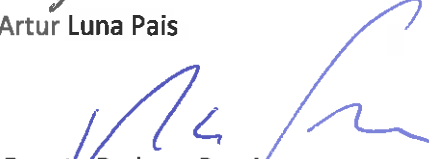
(confrontar com o ponto 9 das notas às demonstrações financeiras).

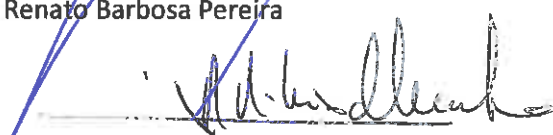
- 9 - Neste exercício cumpre-nos referir que se verificou uma reversão, isto é, uma variação positiva, no montante de 23.110 euros, nas imparidades de dívidas a receber.
- 10 - O relatório do Conselho de Administração complementa as contas e contém referências aos acontecimentos mais significativos da gestão, de modo a permitir uma melhor compreensão da evolução dos negócios da empresa.
- 11- Em resultado do desempenho das nossas funções e tomando em consideração a Certificação Legal das Contas tal como é apresentada em conjunto com este relatório e com a qual concordamos, somos de parecer:
- 1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as respetivas notas anexas, referentes ao exercício de 2016;
 - 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do período;
 - 3º - Que seja aprovado um voto de apreço e confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa e eficaz como conduziu os negócios da Taguspark.

Lisboa, 13 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL


Presidente: - Artur Luna Pais


Vogal: - Renato Barbosa Pereira


Vogal: - José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas"